



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Ofício nº 124/2017 - Gab. Pref.

Campo Bom, 20 de março de 2017.

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Advém o projeto de lei em pauta da necessidade do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO BOM – IPASEM/CB**, de satisfazer o disposto no art. 39 § 3º, combinado com o contido no art. 7º - inciso IV, ambos da Constituição Federal, que prevêem a obrigatoriedade de uma contraprestação pecuniária mensal mínima igual ao SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL, aos servidores públicos que prestem uma jornada laboral mensal de 220 horas.

No caso, possui o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO BOM – IPASEM/CB**, 1 (um) servidor efetivo que presta dita jornada laboral, mas está com o respectivo vencimento mensal definido em montante inferior ao SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.

Assim sendo, de sorte a evitar um proceder inconstitucional, imperiosa a concessão de ABONO PECUNIÁRIO a tal servidor, viabilizando-lhe dita contraprestação mínima mensal, em decorrência das 220 horas mensais de trabalho prestadas.

Necessária a regularização do problema relativamente aos meses de janeiro e fevereiro de 2017, na medida em que será corrigido por ocasião da revisão geral da remuneração dos servidores a ocorrer até o final do mês de março de 2017, o impacto orçamentário-financeiro provocado por tal medida, pois, consta do Anexo I do Projeto de Lei.

Contando com a sua aprovação ao proposto, subscrevemo-nos atenciosamente.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.

Ao Senhor

Vereador MAXIMILIANO MESSIAS DE SOUZA

PRESIDENTE da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

NESTA CIDADE



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 021/2017, de 20 de março de 2017.

“CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDOR DO IPASEM, EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º. Fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO BOM – IPASEM/CB** autorizado a conceder, ao titular do cargo de *auxiliar de serviços gerais*, com jornada laboral de 44 horas semanais, cujo vencimento não atinja o valor do Salário Mínimo Nacional, um abono pecuniário no montante necessário a que tal patamar remuneratório seja galgado.

§1º. Tal Lei visa o atendimento ao disposto no art. 39 § 3º, combinado com o art. 7º - inciso IV, ambos da Constituição Federal.

§2º. Para os fins do estatuído no *caput*, resta estabelecido que o limite do valor do abono será a diferença entre o vencimento legalmente definido para o servidor e a quantia de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) estabelecida como o valor do Salário Mínimo Nacional, a contar de 01.01.2017, pelo Decreto Federal nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016, para uma jornada laboral mensal de 220 (duzentas e vinte horas).

Art. 2º. O abono pecuniário a que se refere o art. 1º desta Lei será concedido com relação aos meses de janeiro e fevereiro de 2017, na medida em que serão realinhados os vencimentos que o motivam, por ocasião da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, a ocorrer no mês de março do ano em curso.

Art. 3º. O crédito do abono pecuniário objeto desta Lei, aos servidores que ao mesmo tiverem direito, ocorrerá até a data do pagamento dos vencimentos relativos ao mês de março de 2017.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, constando do respectivo Anexo I, o impacto orçamentário-financeiro provocado.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data da respectiva publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 20 de março de 2017.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

PROJETO DE LEI Nº 021/2017, de 20 de março de 2017.

ANEXO I -

A) DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

PERÍODO/ EXERCÍCIO	CARGO (nível básico - jornada laboral mensal de 220 horas)	VENCIMENTO BÁSICO ATUAL	NÚMERO DE SERVIDORES ATINGIDOS	VALOR MENSAL DO ABONO (igual a diferença do vencimento relativamente ao Salário Mínimo Nacional de R\$ 880,00 em 2016, e de R\$ R\$ 937,00 em 2017)	VALOR TOTAL A SER CREDITADO NO PERÍODO [R\$]	REFLEXO NO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, E GRATIFICAÇÃO NATALINA	TOTAL DA DESPESA NO EXERCÍCIO [R\$]
2017 (janeiro e fevereiro)	Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 880,00	1	R\$ 57,00	R\$ 114,00	R\$ 76,00	R\$ 190,00
TOTAL							R\$ 190,00

Cabe a este órgão o exame da lei quanto à sua compatibilização e adequação às leis orçamentárias relativas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, e à Lei Orçamentária Anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, especialmente quando os gastos que advirão da respectiva implementação, se enquadrarem como despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no art. 17 §§ 1º e 2º do referido Diploma.

Neste caso, pelo que dispõe o mencionado § 1º, do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no Exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, e, demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

Por sua vez, o mencionado § 2º do mesmo referido dispositivo, determina que tal ato seja acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

De outra banda, em se tratando de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente, as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro deste dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Ocorre que, no caso, seja porque pequeno o valor da despesa, cujo montante se insere nas previsões orçamentárias para 2017, relativamente à revisão da remuneração dos servidores, seja porquanto não haverá continuidade ou repetição do respectivo creditamento a partir de março de 2017, inclusive, e, muito menos, em exercícios



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

subsequentes, verificamos que tal despesa não se tipifica como *despesa de caráter continuado*, e tampouco impacta por alguma forma as metas e resultados fiscais.

Assim sendo, a concessão do abono de que trata este Projeto de Lei, para o servidor titular de cargo público municipal cujo vencimento está estabelecido aquém do salário mínimo nacional, implicando em uma despesa máxima de R\$ 190,00, na conformidade do estabelecido na Tabela supra - haja visto a in incidência de contribuição previdenciária relativamente a abonos pecuniários eventuais - , também não gera o extrapolamento das despesas com pessoal, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, e, se apresenta compatível com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária relativa a este Exercício.

Campo Bom, 20 de março de 2017.

FERNANDO EDUARDO TROTT,
Secretário Municipal de Finanças.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 021/2017, de 20 de março de 2017.

ANEXO I

B - DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Declaro para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias para 2017, e da Lei Orçamentária para o referido Exercício, que o abono pecuniário objeto desta Lei, assim como o aumento temporário da despesa do mesmo decorrente, tem adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não extrapola o limite legal de comprometimento relativamente às despesas com pessoal, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Campo Bom, 20 de março de 2017.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.